



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAIBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO - CEDUC
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA – DH
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

EDITE VIEIRA BARROS CARVALHO

**AS RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS NO LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA DO
ENSINO MÉDIO A LUZ DA LEI 10.639/2003.**

CAMPINA GRANDE

2018

EDITE VIEIRA BARROS CARVALHO

**AS RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS NO LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA DO
ENSINO MÉDIO A LUZ DA LEI 10.639/2003.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentada a
Graduação em Licenciatura Plena em História
da Universidade Estadual da Paraíba, como
requisito parcial à obtenção do título de
graduado.

Área de concentração: História.

Orientador: Prof. Dr. José Pereira Júnior

CAMPINA GRANDE

2018

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

C331r

Carvalho, Edite Vieira Barros.

As religiões afro-brasileiras no livro didático de história do ensino médio a luz da lei 10.639/2003. [manuscrito] / Edite Vieira Barros Carvalho. - 2018.

20 p. : il. colorido. Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2018.

"Orientação : Prof. Dr. José Pereira Júnior, Coordenação do Curso de História - CH."

1. Livro didático. 2. Religião afro-brasileira. 3. Ensino médio.
I. Título

21. ed. CDD 371.32

EDITE VIEIRA BARROS CARVALHO

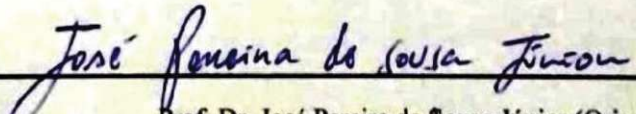
AS RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS NO LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA DO
ENSINO MÉDIO A LUZ DA LEI 10.639/2003.

Trabalho de conclusão de curso apresentada a graduação em
Licenciatura Plena em História da Universidade Estadual da
Paraíba, como requisito parcial á obtenção do título de
graduanda.

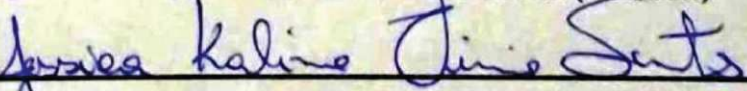
Área de concentração: Ensino de História.

Aprovada em: 03 / 12 / 2018

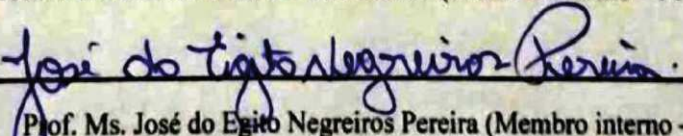
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. José Pereira de Sousa Júnior (Orientador)



Prof. MsC. Jessica Kaline Vieira Santos (Membro externo – PPGH/UFCG)



Prof. Ms. José do Egito Negreiros Pereira (Membro interno – UEPB)

AGRADECIMENTOS

O presente Artigo não poderia ter sido realizado sem a preciosa contribuição de muitas pessoas que estiveram comigo ao longo da graduação. Agradeço primeiramente a Deus, por me fazer sentir seu amor, na certeza que eu iria perseverar até o fim, mesmo diante de tantas tribulações e dores irreparáveis.

A minha família, meus pais Luiz Gonzaga e Rosário, aos meus filhos Daniel Torres, Vivianne Torres, Rebecca Carvalho, Renalli Carvalho, meus netos Luiz Felipe, Victor Hugo, Valentina e Maria Flor, que são minha base e meu porto seguro, durante toda minha caminhada.

Ao meu marido Rômulo Hugo (in memorian), que não pode está fisicamente presente a este momento, mas tenho certeza, estaria feliz e realizado em me ver chegar tão longe, a você meu eterno amor.

Agradeço ao meu orientador Prof. Dr. José Pereira Junior que soube me entender e me apoiou durante a construção deste artigo, com dedicação e amizade.

Agradeço aos professores presentes na banca Prof. José do Egito Negreiros e Prof^ª. Jessica Kaline Vieira Santos, pela atenção e zelo com que avaliaram meu artigo.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	5
2. CONSIDERAÇÕES ACERCA DA LEI 10.639/2003	6
3. A TRAJETÓRIA DAS RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS: INSERIDO-AS NO CONTEXTO DE SALA DE AULA.	10
4. PERCORRENDO OS CAMINHOS DO LIVRO DIDÁTICO NO BRASIL: Desafios e Perspectivas diante da Lei 10.639/2003.	13
4.1. As Religiões Afro-brasileiras no livro didático de História do Ensino Médio.	15
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	17
REFERÊNCIAS	20

AS RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS NO LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA DO ENSINO MÉDIO A LUZ DA LEI 10.639/2003.

Edite Vieira Barros Carvalho

RESUMO:

A lei 10.639/2003 faz parte das políticas de reparação criadas pelo governo brasileiro com relação a população negra, diante de uma trajetória de luta e resistência que atravessou o século e se formulou e reformulou para afirmação da identidade afro-brasileira. Quinze anos após a lei ser sancionada pretendemos neste trabalho refletir sobre os desafios da inserção da temática sobre a cultura e história afro-brasileira no que se refere às religiosidades considerando o principal material utilizados nas escolas brasileiras por alunos e professores: o livro didático. Sendo assim, selecionamos a coleção História Sociedade e Cidadania de Alfredo Boulos Junior, da editora FTD, utilizada no Ensino Médio para identificar a ausência ou a presença referente a estas religiões analisando como estas são representada nestes materiais. Para tanto iremos dialogar com Muller (2009) sobre a lei 10.639/2003, com Santos (2010), Prandi (2010) e Oliveira (2011) sobre as religiões afro-brasileiras e com Santos (2007) sobre livro didático. Consideramos diante disso a importância de compreender a escola como lugar de construção do conhecimento e também de identidades que existem e coexistem em um espaço heterogêneo. Percebemos diante disto a ausência dos conteúdos sobre as religiões afro-brasileira, e isto aponta mais uma lacuna entre a lei 10.639/2003 e sua aplicabilidade em sala de aula. A educação é o caminho pelo qual podemos elucidar de maneira valorativa as religiões afro-brasileiras para que dessa forma possamos também compreender e reconhecer a diversidade africana e também afro-brasileira. **Palavras Chaves:** Livro Didático, Religião Afro-Brasileira, Ensino Médio.

1. INTRODUÇÃO

O processo colonizador pelo qual nosso país esteve exposto por mais de três séculos e a ausência de políticas públicas durante o pós-abolição, por parte do governo do Brasil, contribuiu para marginalização das religiões afro-brasileiras na nossa sociedade, através do senso comum no que se refere a estas religiões podemos perceber esta problemática. Dentre as medidas de reparação do governo brasileiro tivemos aprovação da lei n ° 10.639/2003¹, que trata da obrigatoriedade do estudo da História e Cultura africana e afro-brasileira, sendo assim para efetiva aplicação da lei os conteúdos referentes a ela vem sendo inseridos no Ensino de História.

Desta forma, nos propomos apontar os desafios da inserção da temática sobre a cultura e história afro-brasileira no que se refere às religiosidades. Nosso objetivo neste artigo é

LEI Nº 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003

¹ Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

realizar uma identificar a ausência ou a presença das religiões afro-brasileiras nos livros didáticos da disciplina de História do Ensino Médio, e a partir disto e analisar como elas são representadas, enfatizando o conteúdo no qual elas foram inseridas dentro deste material. Para tanto utilizaremos a coleção História do Sociedade e Cidadania de Alfredo Boulos Junior, da editora FTD. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e comparativa no que se refere à análise do livro didático nos diferentes anos do Ensino Médio. Neste sentido, consideramos a religiosidade afro-brasileira como parte da cultura e da história negra no Brasil.

Hoje, quinze anos após a lei, podemos ainda perceber que a inserção de tais temáticas em sala de aula apontam lacunas, se considerarmos o hiato existente entre o currículo proposto e o currículo praticado na escola. Para observamos estas lacunas no currículo proposto, vamos analisar o material didático utilizado em sala de aula. Compreendermos que a invisibilidade e marginalização da cultura africana e afro-brasileira no Brasil é resultado de um passado colonial onde uma elite agrária, branca, escravocrata e cristã concentrou o poder político e econômico e que também foi responsável pela hierarquização da sociedade brasileira baseada na cor, o que nos aponta a desigualdade social e racial. (SANTOS,2009).

As trajetórias das religiosidades afro-brasileiras devem fazer parte do currículo proposto e do praticado, pois está relacionada a história de luta e resistência negra nesse país e ao discurso monocultural e dominador. O Plano Nacional de Educação (PNE) que está em consonância com o Plano Estadual de Educação (PEE) destaca a importância de promover uma educação para a diversidade étnica e cultural, essa é uma forma de garantir o aumento no número de matrículas e também na permanência de crianças, jovens e adultos negros na escola, pois a educação seria o caminho para diminuir as desigualdades raciais, sociais e também culturais no nosso país. Nisto destacamos a importância da inserção dos conteúdos referentes à diversidade cultural religiosa no Brasil no material didático utilizado nas escolas de maneira que promova o conhecimento sobre as religiões afro-brasileira, pois nesse sentido isto é fundamental para a construção do respeito a diferença e a liberdade de crença em todo território nacional.

2. CONSIDERAÇÕES ACERCA DA LEI 10.639/2003

Em 2018 a lei 10.639/2003 que trata da obrigatoriedade de ensino de História e Cultura africana e afro-brasileira nas escolas de Educação Básica completa quinze anos. Desde sua sanção a sua total aplicabilidade ainda não foi efetivada. De acordo com Everaldo José Freire (2007) a implementação desta lei é uma tentativa frustrada diante de dois fatores: o primeiro cabe ao governo por ignorar a ausência do debate na educação básica. Este primeiro implica o

segundo fator, que se refere aos professores que admitem ignorar a lei sem dar o devido sentido a ela. Ele constatou isto através de uma pesquisa com professores do ensino básico. Isso mostra que apesar da lei, ter sido sancionada ainda existe um longo caminho para percorrer até que esta seja efetivamente faça parte da prática em sala de aula.

Não podemos desconsiderar a conquista que a lei representou diante da resistência para o reconhecimento da cultura negra no Brasil. Para Muller (2009) é importante que reconheçamos a luta existente por trás da lei 10.639/03 e este destaque através da educação permite que possamos vislumbrar a desconstrução do imaginário social, negativo com relação a história e cultura afro brasileira. As desigualdades raciais que também estão presentes na sala de aula fazem parte do racismo tão institucionalizado na sociedade brasileira. Esta discussão não é recente, desde a década de 80 do século passado, já se considerava o debate sobre a inserção dos estudos sobre a negritude no currículo escolar para promover entre crianças e jovens negros a identidade do povo negro (Idem, 2009, p.31).

A desigualdade social no Brasil também é racial, de acordo com os dados recolhidos pelo IBGE divulgados na Síntese de Indicadores Sociais (2017) 54% da população do Brasil declarou-se preta ou parda, porém a participação destes entre os mais ricos ainda é baixa, três em cada quatro pessoas pobres são pessoas negras enquanto que entre os mais ricos da população, oito em cada dez são brancas. Estes dados evidenciam a desigualdade baseada na cor no Brasil, em um país onde mais da metade da população não tem acesso as mesmas oportunidades e as mesmas condições de vida devido a cor da pele e as questões culturais e sociais. O racismo no Brasil não está apenas na desigualdade social que observamos nos dados citados, mas também na exclusão e marginalização da cultura e história afro-brasileira.

Faço aqui um breve retrospecto histórico da construção desse imaginário negativo em relação a população negra. Esse imaginário social compõe o quadro de fundo desse racismo invisível a que me referia mais a cima. Existe, mas é difícil de denunciar porque é sutil, encoberto e, muitas vezes, sequer é percebido por aqueles que o manifestam ou aqueles que deles são vítimas. Resultando que só aparece em sua magnitude através das análises estatísticas sofisticadas, que isolam os efeitos de diversas variáveis para identificar tão somente os efeitos da variável “cor”. (Idem, 2009,p.35)

Considerando esta desigualdade e discriminação com o povo negro no Brasil, fica evidente a sua repercussão na escola onde a maioria das crianças e jovens possuem uma imagem negativa de si (Idem, 2009, p. 33). Para romper com o racismo na sala de aula é necessário percorrer um grande caminho, que vai desde a sanção da lei ate a formação de professores para discutir a história e a cultura africana e afro brasileira no currículo praticado. Porém não se trata

apenas de formação, mas de desconstruir estereótipos e preconceitos, entre alunos, professores e funcionários para que reconheçam a existência da desigualdade racial e do racismo e compreendam a importância de buscar combater a esta realidade.

Somos uma sociedade que tem preconceito de ter preconceito. Quando muito, aceitamos que a sociedade brasileira tenha preconceito contra o pobre, preconceito de classe. Raramente se admite que exista preconceito racial. Segundo Jurandir Freire Costa somos uma sociedade heterofóbica, temos horror à diferença. Nosso passado colonial e escravocrata parece ter nos impregnado dessa resistência ao diferente. Entretanto, esse passado também tem as marcas dos esforços da população negra, africanos ou brasileiros, em construir espaços de liberdade e de maior bem-estar para si e para seus filhos. (MULLER, 2009, pag.35)

Com isto percebemos como o processo de colonização do Brasil contribuiu não só para a formação de um imaginário negativo sobre os negros, como também foi espaço de lutas e resistência da população negra para ter acesso a liberdade e poder ocupar lugares sociais que lhe foram negados pela elite branca escravocrata. Um exemplo para apontarmos como este imaginário negativo foi construído, são as teorias racistas vindas da Europa e Estados Unidos no século XIX, que defendiam a existência de uma hierarquia entre as raças humanas.

Neste contexto do século XIX a ciência aceitava o conceito de raça para dividir e classificar os seres humanos, destacando que os aspectos de cada raça determinavam a sua capacidade intelectual. O branqueamento foi utilizado nos discursos daqueles que faziam parte da elite brasileira da época, pois quanto mais branca a raça, era mais desenvolvida nesta hierarquia. Por conta deste racismo velado os professores não percebem que podem vir tratar de forma diferente os alunos com negros, ou não percebem quando estes alunos são vítimas de racismo, por parte de seus colegas.

Quando as vítimas denunciam os maus tratos, são comuns uma dessas atitudes, por parte do professor: recusar-se a punir o responsável, jogar a culpa na vítima; ou, por último, considerar que se trata de “brincadeira de criança” ignorando o acontecido. (MULLER, 2009, p.39)

Neste sentido percebemos a necessidade de políticas públicas que venham diminuir a esta desigualdade e devemos incluir nisto o campo da educação e o contexto da sala de aula. *“Nossa área de atuação é a educação, desde este lugar colocamos os problemas e possíveis soluções (...) a reprodução do racismo extrapola a escola, abrange toda a sociedade.”* (MULLER, 2009, p.44) A lei é uma tentativa de criar possibilidades para o debate sobre a história e cultura afro-brasileira e desta forma problematizar o racismo e sua reprodução ao longo da nossa história apontando como a discriminação desta temática nos currículos escolares esteve de acordo com o que foi produzido historicamente na nossa sociedade.

Contudo a lei em si não resolve a ausência do debate sobre a cultura e a história afrobrasileira nas escolas do Brasil, apesar das iniciativas do Ministério da Educação (MEC) e o Núcleo de Estudos Afro Brasileiro (NEABIS), para incentivar a formação de professores preparados para inserir tal discussão no currículo praticado. A lei não explica de que forma ocorreria a implementação, porém uma resolução de 17 de Junho de 2004, elaborada pela Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), aponta como será esta inserção:

Será desenvolvida por meio de conteúdos, competências, atitudes e valores, a serem estabelecidos pelas instituições de ensino e seus professores... atendidas as indicações, recomendações e diretrizes explicitadas no parecer CNE/CP003/2004. Fica, então, clara a necessidade da participação ativa dos professores nesse processo. (FREIRE, 2007, p. 95)

Podemos perceber diante disto que uma das hipóteses que justificaria as lacunas existentes entre o currículo proposto e o currículo praticado em sala seria a ausência do conhecimento sobre a cultura e a história africana e afro brasileira na formação inicial dos professores. Isso aponta a necessidade da criação de formações e estudos que pudessem dar o suporte para os professores participarem da inserção das leis referentes na escola.

Baseado na fala de professores entrevistados em sua pesquisa, Freire (2007) aponta outra hipótese que dificulta a inserção dos conteúdos relacionados a história e cultura afro-brasileira e africana, que seria o racismo velado que existe na sociedade brasileira, que insiste em afirmar que não há diferenças entre brancos e negros no Brasil. O autor realizou esta pesquisa no ano de 2007, após se passarem quatro anos que a lei havia sido sancionada, hoje quinze anos depois, a obrigatoriedade da história e da cultura africana e afro brasileira na educação básica foi revogada pela reforma do ensino médio (sancionada em 2017 pelo então presidente da república Michel Temer). Fato que preocupa a comunidade docente, pois está em desacordo com os documentos oficiais anteriores, além de contribuir para a continuidade das lacunas que impediram que a lei 10.639/03 fosse de fato implantada e que estes conteúdos fizessem parte da educação básica brasileira.

De acordo com Marcelo Santos (2007) a discriminação entre a população negra no Brasil é resultado da desigualdade social e econômica. Para ele a lei 10.639/03 surge de um esforço para reparar os danos causados por esta marginalização, vivida pelos afros descendentes no Brasil. A lei foi um resultado da luta do movimento negro ao longo das últimas décadas do século XX, para combater a discriminação da cultura e da história afro brasileira com objetivo de valorizar e reconhecer positivamente as relações étnico-raciais. Sendo assim a educação

foi o ponto de partida para a desconstrução do preconceito racial que foi produzido e reproduzido durante séculos na história do Brasil. Para Santos (2007, p.63) “A escola segundo a legislação educacional, tem um papel fundamental no combate aos vários tipos de preconceito e na formação dos cidadãos”, portanto a sala de aula é o caminho para que possamos problematizar o racismo e a situação desigual do negro no Brasil, isso inclui a valorização da sua cultura e história.

Além da resistência por parte dos professores que não tiveram na formação inicial o conhecimento sobre a cultura e a história afro brasileira ainda existe a resistência da comunidade escolar que inclui os alunos e seus familiares como destaca Santos, na sua pesquisa, onde pais e alunos demonstraram desinteresse ou menosprezaram os conteúdos que tratavam desta temática. Isto é reflexo do que existe na sociedade Brasileira, que nega a existência do racismo, apesar deste se manifesta de diversas formas.

Se levarmos em consideração que os alunos estão submetidos a um tipo de cultura a qual denominamos “cultura escolar” e a concebemos enquanto “um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar a condutas a inculcar”, além de “um conjunto de praticas que permitem a transmissão desses comportamentos”, teremos que lembrar que a escola brasileira fez, por muito tempo, uso de estratégias e de praticas culturais preconceituosas que visavam, dentre outras coisas, desvalorizar, por vários motivos, a história e a cultura de milhões de homens e mulheres negras, ai compreenderíamos as posições da mãe da aluna, da negra com a sua netinha de colo e dos alunos que eram solicitados a representarem determinados papeis e se recusavam.(SANTOS, 2007,p.67-68)

A desvalorização da história da cultura africana fez parte da colonização do Brasil, como resultado da dominação branca durante a escravidão negra, isto contribuiu para a marginalização desta população. Isto repercute ate os dias de hoje, por isso a necessidade de desconstruir através da educação o que foi naturalizado na sociedade brasileira. Diante disto, na realidade em que a sociedade brasileira se insere é desafiador tratar desta questão em sala de aula principalmente no que se refere às religiões afro-brasileiras. Pois é esta temática está na contramão do proselitismo religioso e do conservadorismo existente em discursos que se repetem no Brasil, que sinalizam uma concepção negativa já formada sobre estas religiosidades quando estas são associadas ao mal. Este discurso construído com base em um preconceito, e por isto romper com estes estereótipos que fazem parte do senso comum que se nega a reconhecer e entender o diferente é uma difícil tarefa.

3. A TRAJETÓRIA DAS RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS: INSERIDO-AS NO CONTEXTO DE SALA DE AULA.

De acordo com Prandi (2010) por volta de meados do século XIX as grandes cidades do Brasil tinham a presença de escravos, negros libertos e seus descendentes, isso gerou a possibilidade de integração e maior capacidade de composição, pois foi neste contexto que as residências coletivas em bairros urbanos substituíam gradualmente o domicílio do senhor.

Isso permitiu uma convivência que propiciou o que o autor coloca como uma “reconstituição cultural mais bem acabada do negro no Brasil.” (Idem, 2009, p.29), sendo assim os cultos religiosos estiveram presentes nesta reconstituição a partir da recriação dos cultos africanos no Brasil.

Os criadores dessas religiões foram negros da nação Nagô ou ioruba, especialmente os de tradição de Oyó, Lagos, Ketu, Ijexá e Egbá e os nações jeje, sobretudo os mahis e os daomeanos. Floresceram na Bahia, Pernambuco, Alagoas, Maranhão, Rio Grande do Sul e, secundariamente, no Rio de Janeiro (Idem, 2010, p.29)

As religiões afro-brasileiras são diversas, isso mostra que suas origens são plurais. De acordo com o autor essas religiões que se recriavam na Bahia e outros lugares apresenta não só uma reconstituição da religião africana, mas também trás características culturais originadas na África.

A religião negra, que na Bahia se chamou candomblé, em Pernambuco e Alagoas, xangô no Maranhão, tambor de mina e no Rio Grande do Sul, batuque, foi organizada em grupos de “nações” ou “nações de candomblé” (LIMA, 1984), sendo que em cada uma delas a nação africana que a identifica é responsável pela maioria dos seus elementos, embora haja grande troca de elementos entre elas, resultado dos contatos entre nações no Brasil e mesmo anteriormente na África. (PRANDI, 2010, p.29-30)

Estas práticas religiosas resistiram a partir deste processo de reconstrução, pois assim permaneceram e se adaptaram apesar da violência da escravidão e da marginalização e demonização.

A cultura africana que assim vai se diluindo na formação da cultura nacional corresponde a um vastíssimo elenco de itens que abrangem a língua, a culinária, a música e as artes diversas, além de valores sociais, representações míticas e concepções religiosas. Mas, fora do campo religioso, nenhuma das instituições culturais africanas logrou sobreviver. Ao contrario, cada contribuição é o resultado de um longo e lento processo de diluição e apagamento étnico a tal ponto que, diante de um determinado traço cultural, embora podendo reconhecer uma origem africana genérica, ainda assim é difícil quando não impossível, identificar o povo ou nação de que provem. (PRANDI, 2010, p.28)

Justamente por conta desta pluralidade que encontramos nas origens das religiões afrobrasileira é que desconhecemos suas particularidades. O candomblé é uma dessas religiões

que apontam essa diversidade originária, por exemplo: O candomblé banto tem basicamente três referências, a de Angola, do Congo e Cabinda, mas só podemos perceber estas particularidades através da língua ritual e da música, pois se compararmos com o candomblé nagô e jeje percebemos estas diferenças, apesar de nos três os Deuses serem os orixás dos nagôs. (PRANDI, 2010, p.30)

Compreender o lugar destas religiões no universo cultural afro-brasileiro, justifica a necessidade de conhecermos e inserirmos estas práticas religiosas no ensino de História que esteja de acordo com o que determina a Lei 10.639/03. Pois como coloca Prandi (2010) através do que anteriormente discutimos este elo com a África é muito forte na esfera religiosa. Sendo assim é importante que este conhecimento faça parte da promoção da cultura afro-brasileira.

De acordo com Santos (2010), o primeiro passo para que estes conteúdos sejam elucidados nas escolas, está em desconstruir os juízos intolerantes e preconceituosos através de um diálogo respeitoso, onde inicialmente não existia uma verdade estabelecida mas a disposição para escutar e compreender o desconhecido.

As religiões afro-brasileiras como o Candomblé e Umbanda são distintas porém a ancestralidade africana as colocam na mesma esfera. Como na tradição africana não existe um livro instituidor, ou sagrado, seus conhecimentos são transmitidos através das narrativas orais. A umbanda e o candomblé se diferenciam pelo fato de busca seus fundamentos no espiritismo Kardecista e no Cristianismo, sendo assim a umbanda tem como princípio fundamental a reencarnação, assim também a ressurreição.

Para a Igreja Católica a representação do diabo esta no orixá Exu, que é um dos primeiros orixás, isso porque sua representação deixa a mostra o órgão genital masculino ereto. (SANTOS, 2010, p. 32). Esta informação desfaz a associação feita entre as religiões afro-brasileiras e o diabo, contribuindo para a desconstrução de preconceito que demonizam estas práticas religiosas.

O fato é que, no imaginário da sociedade brasileira, já se encontra introjetada a ideia de que rituais com sangue são satânicos e diabólicos. Desse universo desaparece a presença e o significado do sangue na matriz judaico- cristã, que tem a ver com as celebrações da Páscoa, através do sacrifício do cordeiro, cujo sangue deveria ser passado nas portas das casas, e a ressurreição de Cristo que é o ponto culminante da entrega de sua vida como “cordeiro de Deus que tira o pecado do mundo”. Por que será então que a sacralização de animais nas religiões de matrizes africanas tem que ser consideradas satânicas? Não há outro recurso compreensivo senão as perspectivas etnocêntrica, intolerante e

preconceituosa diante da forma como as matrizes religiosas africanas vivenciam o sagrado. (SANTOS, 2010, p.47-48).

Por isso se faz necessário que além do conhecimento sobre estas religiões sejam elucidados em sala de aula, é preciso também problematizar os preconceitos e a intolerância que existe no imaginário da sociedade brasileira. Dessa forma podemos resolver a problemática da marginalização e desvalorização dessas práticas religiosas.

4. PERCORRENDO OS CAMINHOS DO LIVRO DIDÁTICO NO BRASIL: desafios e perspectivas diante da lei 10.639/2003.

De acordo com Silva (2008, p.108) não podemos deixar de citar, ou falar de produção de livro didático no Brasil, a indústria do livro Brasileira é o grande mercado que esta por trás de toda esta produção. O autor trás dados que mostram o faturamento anual desta indústria para apontar que se trata de uma produção de massa.

A produção de livros didáticos no Brasil começa em 1808, a partir da criação da imprensa Régia, responsável pela elaboração dos manuais utilizados nos cursos originados por D. João VI, príncipe regente de Portugal que na ocasião estava no Brasil de onde governava com a independência do Brasil. Em 1922 a imprensa Regia não era mais a única na indústria editorial, começaram a surgir neste contexto as editoras privadas, porém a maioria destes livros didáticos a que eram produzidos tinham autores estrangeiros que havia sido publicado no exterior.

Somente a partir de 1930, que a produção de autores Brasileiros começou a crescer. Diferentemente dos livros didáticos produzidos atualmente, estes livros não tinham a preocupação com a linguagem utilizada de acordo com a faixa etária. Seus autores eram grandes intelectuais da época, eram publicados por poucas editoras que não viam na maioria das vezes como principal mercadoria. Essas características passaram por mudanças a partir de 1960, devido às transformações no cenário político do Brasil, relacionadas à ditadura civilmilitar que trouxe novas políticas educacionais, utilizando a produção de livro didático, para fomentar programas assistenciais com empréstimos internacionais.

A partir da década de 1970 houve a expansão do sistema de ensino no Brasil, com isso o livro didático passou a ser um objeto de destaque na educação Brasileira, pois passou a ser uma orientação curricular para a organização dos conteúdos e atividades desenvolvidas na escola. Isso se justifica devido a carência da formação de professores que se baseiam no livro didáticos como guias tornando-se dependentes do mesmos (GATTI JUNIOR apud SILVA 2008, p.110).

Já nas décadas de 1980 e 1990 a produção de livros didáticos iria passar por mudanças que estão relacionadas a grande expansão das editoras destes livros, neste contexto com o fim da ditadura civil- militar no Brasil (1985), que significava que o país passara por transformações políticas que serão refletidas também no campo da educação e conseqüentemente na produção de livros didáticos.

Diante disso o Ministério da Educação passou a utilizar outra estratégia onde os professores participavam da escolha dos livros. O Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) passou a ter como meta o acesso universal aos livros didáticos nas escolas do Brasil, sobre isto os documentos oficiais anunciam a partir da constituição de 1988, a responsabilidade do estado sobre a educação e o currículo escolar além da produção de livros didáticos. O MEC tratou de elaborar critérios para avaliação dos livros didáticos para serem entregues as editoras, em 1996 foi elaborado e distribuído o guia do livro didático, que trazia resenhas dos livros avaliados.

A avaliação utilizou critérios comuns de análise adequação didática e pedagógica, qualidade editorial e gráfica, pertinência do manual do professor. Foram definidos dois critérios eliminatórios: os livros não poderiam expressar preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade ou quais- quer outras formas de discriminação; e não poderiam induzir ao erro ou conter erros graves relativos ao conteúdos da área, como por exemplo erros conceituais. (SILVA, 2008, p.22)

Esses critérios sofreram mudanças nos anos seguintes, entre elas podemos citar o acréscimo de outro nível para a classificação, que são os “recomendado com distinção” depois os “recomendados com ressalvas” e por ultimo os “recomendados”. Já em 1999 foi eliminada a categoria “não recomendado”, que deixaram de ser enviados aos editores. Atualmente o programa nacional do livro didático é o responsável pela avaliação dos livros que chegam as escolas Brasileiras, entre seus critérios é perceptível uma preocupação quase única com o preconceito que está em expressões explícita. Nem sempre o preconceito está explícito, pois é possível identificar textos, que ao mesmo tempo em que se colocam antipreconceituosos, trazem um discurso racista mais apurado que só pode ser percebido através de uma análise mais profunda. (Idem, 2008, p.22)

Para este autor, “o discurso racista em livros didáticos são temas pouco estudados” (Idem, 2008 p.23), apesar dos livros didáticos serem objetos de estudo de varias pesquisas, de acordo com o Autor a maioria das pesquisas feitas sobre o racismo no livro didático, foram feitas com base na análise de livros destinados ao ensino fundamental especificamente os das disciplinas escolares, história e língua Portuguesa. Dentre as modificações que foram feitas no

livro didático para que se adequasse a lei 10.639/03 foi uma das principais reivindicações, o combate dos temas sobre o racismo. Sendo assim a análise dos livros didáticos quinze anos após a promulgação da lei é um importante termômetro para que possamos perceber se de fato a lei garantiu este combate ao racismo, considerando material didático mais utilizado nas salas de aula do Brasil.

4.1. As religiões afro-brasileiras no livro didático de História do Ensino Médio.

O livro didático hoje é um dos materiais mais utilizados em sala de aula pelos professores, após o Programa Nacional do Livro Didático ser efetivado pelo governo federal. Para analisarmos os materiais didáticos utilizados atualmente em sala de aula no ensino médio, selecionamos a coleção História Sociedade e Cidadania de Alfredo Boulos Junior, da editora FTD. Escolhemos os livros do segundo e terceiro ano do ensino Médio, pois já que estamos falando das religiões afro-brasileiras temos que considerar os conteúdos que abordam a história do Brasil a partir de 1500 e sua relação com a África.



Capas da Coleção analisada neste trabalho.

As capas dos livros trazem fotografias tiradas do Brasil, a do livro do segundo ano, trás uma apresentação do grupo Jongo de Piquete (2007). Esta fotografia foi tirada em São Paulo, de acordo com as informações que o autor do livro trás, “o Jongo é uma manifestação cultural de raiz banto que se desenvolveu durante a expansão cafeeira pelo vale do Paraíba, no interior paulista. Ele inclui canto, dança e percussão de tambores.” O Jongo foi registrado como patrimônio imaterial do Brasil, pelo IPHAM em 2005. Isto pode apontar a inserção da cultura afro-brasileira e africana no livro.

No sumário do livro, temos duas imagens que estão relacionadas com a Lei 10.639/03 e a 11.645/08 que trazem traços culturais indígenas e africanos. Os conteúdos no sumário são divididos em quatro unidades. A primeira delas tem como título “NÓS E OS OUTROS: A questão do etnocentrismo”, a segunda é: “DIVERSIDADE E PLURALISMO CULTURAL”, a terceira “CIDADANIA: Passado e Presente” e a quarta “TERRA E LIBERDADE”. Por estes títulos podemos perceber que este livro elucida a diversidade cultural e trabalha o conceito de etnocentrismo quando trás a conquista da América.

Dentre os capítulos o quarto é o que primeiro aborda a História afro Brasileira com o título, OS AFRICANOS NO BRASIL: Dominação e Resistência, é neste que aparecem a questão da escravidão. A abertura do capítulo trás quatro personalidades negras, sem citar os seus nomes, abaixo é solicitado aos alunos que observem as imagens e depois há três perguntas para que eles reflitam: “*you know these personalities? know in what area they act? what do you know about the ancestors of these Brazilians?*”. A intenção do autor é mostrar que todas as personalidades na imagem são afro-descendentes e conseguiram através de suas respectivas áreas de atuação profissionais o reconhecimento social e prestígio.

No capítulo há sugestões de livros que falam sobre a história da África, o mesmo está dividido em duas partes: uma mostra como era feita a travessia dos negros no oceano atlântico que seriam escravizados aqui no Brasil, citando as origens destes africanos a partir dos lugares de que eles embarcaram na África. Destacando a nossa ligação com este continente aparecem fotografias de diferentes manifestações culturais, de origem banto, iorubá e jeje, mostrando a diversidade étnica destes que foram trazidos durante o período escravocrata no Brasil. Neste mesmo contexto se aborda como era o trabalho escravo, destacando a violência que havia.

Na segunda parte se aborda a resistência a escravidão, mostrando dentro disto a continuidade da cultura africana no Brasil mesmo com a violência da escravidão. É neste contexto que o autor aborda as religiões afro-brasileiras, ou como este coloca, de matriz-afro apontando como as irmandades eram uma forma de resistência, pois dentro destas, os escravizados mantinham suas práticas religiosas, o autor destaca que:

Entre as irmandades criadas pelos negros no tempo da escravidão estão a de São Benedito, e a do Rosário dos pretos e a de Nossa Senhora da Boa Morte, que continua em atividade até hoje. Essas irmandades recebem gente de todo lugar no mês de Agosto, quando homenageia Nossa Senhora da Boa Morte, com festejos e rituais que se prolongam por vários dias. No passado, ao mesmo tempo em que cultuavam orixás e santos católicos, as irmandades se

empenhavam em arrecadar dinheiro para comprar as alforrias. (BOULOS JUNIOR, 2016,p.86)

Ao longo do capítulo o autor também dá dicas de vídeos e site sobre os conteúdos. Os quilombos também aparecem neste contexto como resistência a escravidão. Logo após fala sobre a resistência na religião, observamos uma imagem sobre a irmandade da Boa Morte da Bahia festejando a assunção de Nossa Senhora em 2010. Esta “*irmandade fica na cidade de cachoeira é formada por mulheres negras com mais de 40 anos*”, (BOULOS JUNIOR, 2016,p.86). Dentre as atividades do capítulo encontramos uma questão que foi retirada do ENEM 2013 que aborda de forma indireta o candomblé, porém a pergunta não enfoca a religião em si, mas a cultura afro-brasileira.

O décimo quarto capítulo, é o último capítulo do livro que aborda a temática afro, com o título “Abolição e Republica, neste contexto o conteúdo referente a resistência volta a ser apresentada pelo autor destacando as rebeliões e revoltas liderados por negros que lutaram por liberdade. Neste capítulo não encontramos nenhuma referência as religiões afro brasileiras, apesar do autor citar a casa de Tia Ciata e a origem do samba.

O livro do terceiro ano não menciona as religiões afro-brasileiras, apesar de abordar os conteúdos relacionados a o Brasil do início do século XX, mostrando os processos de urbanização do Rio de Janeiro. Isso nos mostra que as religiões afro-brasileiras só aparecem quando a temática é a escravidão. Podemos assim perceber que o livro didático ainda tem muitas deficiências no que se refere a História e Cultura africana e afro-brasileira, nenhum destes trás muito sobre a religiosidade, nem discute ou problematiza o racismo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das discussões abordadas neste artigo consideramos a urgência de promoção do debate sobre a cultura e história africana e afro-brasileira em sala de aula, pois a ausência dos temas que apontam a nossa diversidade cultural do ponto de vista religioso alertam para as lacunas ainda existentes mesmo após os quinze anos da lei 10.639/2003. De fato a lei foi um avanço em termos de inserção dos conteúdos relacionados à temática étnico-racial no currículo escolar, porém a sua prática já implica outras questões, como o próprio material utilizado em sala de aula. No atual contexto vemos um discurso dominante relacionado ao moralismo religioso cristão ganhando espaço, sendo assim nos parece distante que estas lacunas, com relação à diversidade religiosa afro-brasileira, sejam gradativamente sendo preenchidas.

Trata-se de uma perspectiva incerta diante de um novo governo cuja interferência nesta questão ainda não está clara, isso é preocupante já que a lei 10.639/2003 faz parte de políticas públicas e educacionais e sua implementação, que inclui a articulação de vários fatores que foram elucidados no artigo, estão diretamente relacionada ao governo através do Ministério de Educação. Sendo assim, os atuais critérios utilizados para escolha dos livros didáticos pelo Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) podem passar por mudanças. Além disso, como apontamos, pelo livro didático, assim como pelo currículo perpassam relações de poder. Nos vale agora confiar que os passos que foram dados com relação a formação inicial e a formação continuada dos professores tenham colocado nestes a preocupação com a necessidade de abordar as temáticas relacionadas a Cultura e História africana e afrobrasileira em sala de aula, para que estes busquem materiais que esteja além do livro didático.

O livro didático ainda é a ferramenta mais utilizada em sala de aula pela facilidade de acesso aos alunos e professores, porém defendemos que este não pode ser o único material didático durante as aulas, pois também possui suas limitações. No que se refere as religiões afro-brasileiras isso ficou evidente durante a nossa análise, tratar desta temática em sala de aula requer um esforço maior do professor, que em sua maioria não tiveram acesso ao conhecimento sobre estas religiões na formação inicial e possui poucas informações sobre estas no livro didático. Isto implica que para falar destas religiões na escola será preciso que ele pesquise e estude antes de incluir estes assuntos em suas aulas, daí a importância dos cursos de formação continuada no que se refere a despertar este interesse no professor e também lhe dar a base e incentivo para que este compreenda a importância da educação na valorização positiva da cultura africana e afro-brasileira a partir do ponto de vista religioso. É importante que este diálogo também inclua toda comunidade escolar, pais, alunos, professores e funcionários. A liberdade religiosa esta prevista na nossa Constituição mais recente, de 1988, faz parte dos Direitos Humanos, por isso promover o conhecimento sobre as religiões afro-brasileiras, tanto nos livros didáticos como na prática em sala de aula contribui para a equidade entre as diversas práticas religiosas no Brasil.

THE AFRO-BRAZILIAN RELIGIONS IN THE DIDACTIC BOOK OF HISTORY OF MIDDLE SCHOOL THE LIGHT OF LAW 10.639 / 2003.

ABSTRACT:

Law 10.639 / 2003 is part of the reparation policies created by the Brazilian government in relation to the black population, in the face of a trajectory of struggle and resistance that crossed

the century and was formulated and reformulated to affirm Afro-Brazilian identity. Fifteen years after the law was enacted, we intend to reflect on the challenges of insertion of the theme on Afro-Brazilian culture and history in terms of religiosity, considering the main material used in Brazilian schools by students and teachers: the textbook. Therefore, we selected Alfredo Boulos Junior's History and Citizenship collection, from the FTD publishing house, used in High School to identify the absence or presence of these religions by analyzing how they are represented in these materials. For that, we will talk with Muller (2009) about law 10.639 / 2003, with Santos (2010), Prandi (2010) and Oliveira (2011) on Afro-Brazilian religions and Santos (2007) on textbooks. We consider before this the importance of understanding the school as place of construction of knowledge and also of identities that exist and coexist in a heterogeneous space. We perceive before this the absence of the contents on the Afro-Brazilian religions, and this points one more gap between the law 10.639 / 2003 and its applicability in the classroom. Education is the way by which we can elucidate Afro-Brazilian religions so that we can also understand and recognize African and AfroBrazilian diversity.

Key Words: Didactic Book, Afro-Brazilian Religion, High School.

REFERÊNCIAS:

BOULOS JR., Alfredo. **História sociedade e cidadania**. 2ª Ed. São Paulo: FTD, 2016.

MULLER, Maria Lúcia Rodrigues. *Formação de professores e perspectivas para a implantação da Lei 10.639/03*. SOUZA, Maria Elena Viena. (Org.) **Relações raciais no cotidiano escolar: diálogos com a lei 10.639/03**. Rio de Janeiro: Rovel. 2009.

OLIVEIRA, Irene Dias de. *Religiões afro-brasileiras e etnicidade: novas sensibilidades num mundo cultural*. In: OLIVEIRA, Irene Dias de. REIMER, Ivone Richter. SOUZA, Sandra Duarte (Orgs.). **Religião, transformações culturais e globalização**. Goiânia: Editora da PUC Goiás, 2011. (p.121-152).

PEREIRA, Edimilson de Almeida. DAIBERT JR., Robert. (Orgs.) **Depois, o Atlântico**: Modos de pensar, crer e narrar na diáspora africana. Juiz de Fora: Editora UFJF. 2011.

PRANDI, Reginaldo. **Raça e Religião**. *Novos Estudos*, nº 42. 1995, p.113-129.

SANTOS, Erisvaldo Pereira dos. **Formação de Professores e religiões de matriz africanas: um diálogo necessário**. In: *Coleção Repensando África*. Vol. 4. Belo Horizonte: Nandyala, 2010.

SANTOS, Genésio José dos. COSTA, Martha Sales. *Apontamentos para o estudo das religiosidades afro-brasileiras na escola*. In: MARCON, Frank. SOGBOSSI, Hippolyte Brice. (Orgs.). **Estudos africanos, história e cultura afro-brasileira: olhares sobre a Lei 10.639/03**. São Cristovão: Editora UFS, 2007.

SANTOS, Gevanilda. *Relações Raciais e Desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2009.

ROCHA, Luiz Carlos Paixão. *Lei 10.639/03. Desafios para implementação dos conteúdos afro-brasileiros nas Escolas*. In: MARCON, Frank. SOGBOSSI, Hippolyte Brice. (Orgs.). **Estudos africanos, história e cultura afro-brasileira: olhares sobre a Lei 10.639/03**. São Cristovão: Editora UFS, 2007.

SANTOS, Marcelo. *A cultura afro-brasileira na escola através de projetos, limites e possibilidades*. In: MARCON, Frank. SOGBOSSI, Hippolyte Brice. (Orgs.). **Estudos africanos, história e cultura afro-brasileira: olhares sobre a Lei 10.639/03**. São Cristovão: Editora UFS, 2007.

SILVA, Paulo Vinicius Baptista. *Racismo em livros didáticos: estudo sobre negros e brancos em livros de Língua Portuguesa*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.